

10 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Tani Wurster

# Machismo involuntário de juízes afeta Judiciário

Coordenadora da Ajufe Mulheres (Associação dos Juizes Federais do Brasil) relata estagnação no acesso feminino aos cargos de segunda instância na magistratura

## ENTREVISTA

José Marques e Flávia Faria

SÃO PAULO Coordenadora da comissão que trata de igualdade de gênero da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), a magistrada Tani Maria Wurster, 44, afirma que a participação das mulheres no Judiciário é um fator fundamental para a democracia.

Nos últimos dez anos, diz a juíza, o número de mulheres promovidas para cargos na segunda instância cresceu apenas 1% na Justiça estadual. Na Federal, caiu 3%.

Para Tani, o machismo da sociedade impacta a forma como a Justiça trata as mulheres em suas decisões, seja culpando vítimas para inocular criminosos sexuais, seja na dificuldade em reconhecer o papel do trabalho feminino em todas as suas vertentes, incluindo o doméstico.

“As expectativas em relação ao comportamento da mulher na sociedade podem interferir nas decisões judiciais”, diz Tani, em entrevista à Folha. “É muito importante que os juízes estejam atentos para não reproduzir padrões involuntários e inconscientes discriminatórios.”

O que os dados sobre a participação feminina no Judiciário indicam? A participação das mulheres no Judiciário é fundamental para a democracia, mas a gente tem um déficit de representatividade. Cinquenta e dois por cento da população brasileira é formada por mulheres, mas só 39% dos magistrados no país são mulheres. Desses 39%, quase metade, 45%, são juízas que se encontram no nível mais baixo da carreira. Outra coisa é que tem havido estagnação da participação feminina no acesso aos cargos de 2º grau.

Nos últimos dez anos, o aumento de magistradas nos cargos de desembargadora foi apenas de 1%. Na Justiça Federal, essa dificuldade de acesso ao segundo grau é ainda mais acentuada: houve uma redução do percentual de mulheres em mais de 3%.

E por que que as mulheres não são promovidas? É difícil atribuir causa única para um problema complexo como a desigualdade de gênero. É reflexo de um padrão de discriminação, várias vezes involuntário e inconsciente, que já existe na sociedade.

Mas é seguro dizer que uma causa é a divisão sexual do trabalho, que impacta todas as carreiras. Pesquisas indicam que as mulheres gastam até cinco vezes mais [tempo] do que os homens no trabalho doméstico, que é não remunerado. É um tempo não despendido no estudo, no lazer ou no mercado de trabalho.

Isso pode gerar impacto nas escolhas individuais das juízas no momento, por exemplo, de prestar um concurso público para a magistratura ou se candidatar a uma promoção. Porque na maioria dos casos, no Judiciário, promoção implica mudança do local de residência. Se você é a principal responsável pelo cuidado dos filhos ou de um parente doente, isso tem um impacto familiar maior.

Os dados do CNJ indicam que, em nível de estudo e capacitação, homens e mulheres juízes são equivalentes. Por que as mulheres são menos promovidas por merecimento? Um fenômeno que pode explicar isso é o que se tem socialmente em relação ao lugar da mulher na sociedade. Quando a mulher adentra o espaço público, que é o espaço do trabalho, essa presença causa um desconforto.

CONTINUA

Não se trata de discriminações voluntárias e conscientes. Parte se explica pela premissa de que o lugar que é ocupado historicamente, social e culturalmente pela mulher é o espaço doméstico. Isso é sutil, é inconsciente, e pode influenciar decisões que são tomadas a partir de critérios subjetivos.

A sra. acha que fez diferença ter a ministra Cármen Lúcia, uma mulher, na presidência de CNJ e STF? Eu não tenho dúvida de que a existência de mulheres no Judiciário e em cargo de maior hierarquia tenha uma influência positiva no resultado geral do exercício da jurisdição. O que eu preciso deixar claro é que não há uma diferença essencial nas decisões proferidas por homens ou mulheres. O que difere são as experiências que as mulheres vivem enquanto grupo, que não são as mesmas dos homens.

Permitir que decisões judiciais sejam proferidas por pessoas iguais e que compartilham as mesmas experiências — por exemplo, majoritariamente por homens brancos — impede a influência das experiências dos demais grupos sociais — mulheres, homens negros, mulheres negras, homossexuais — sobre o resultado final do exercício da jurisdição.

É imperativo da democracia que os vários grupos que compõem a sociedade sintam-se representados naqueles que proferem as ordens judiciais.

As expectativas em relação ao comportamento da mulher na sociedade podem interferir nas decisões judiciais, que podem ser proferidas tanto por homens como mulheres.

Ou seja, o machismo presente na sociedade, em homens e mulheres, está presente em decisões judiciais. Exatamente.

Como a sra. vê essa questão? É muito importante que os juízes estejam atentos para não reproduzir padrões involuntários e inconscientes discriminatórios. Exemplo: decisões judiciais sobre violência sexual nas quais o comportamento da vítima é levado em conta para absolver o agressor, ou o fato de a vítima estar eventualmente bêbada. Uma decisão assim pode representar esse viés discriminatório, da expectativa de que a mulher deva se comportar de um determinado modo, relacionado ao recato e à decência, que justifique a absolvição.

Mais algum exemplo? Na concessão da aposentadoria rural, é preciso ficar reconhecido o trabalho em regime de economia familiar, que pressupõe que o trabalho do grupo familiar seja indispensável à subsistência. Se você parte do pressuposto da valorização do trabalho rural do homem, da desvalorização do trabalho doméstico da mulher e da desvalorização do trabalho dela no campo, pode eventualmente reconhecer que as horas que a mulher do campo trabalha cuidando dos filhos não são trabalho rural.

Então, você nega o pedido de aposentadoria para ela — mas, se computar as horas totais do dia, ela trabalhou mais que o marido, porque somou o tempo de trabalho doméstico com o do trabalho do campo.

O presidente tem incentivado ataques a mulheres, inclusive jornalistas, como aconteceu com uma repórter da Folha. Isso dificulta o trabalho das mulheres também no Judiciário? A democracia se enfraquece quando são proferidos ataques depreciativos sobre a pessoa da profissional. Esses comentários são utilizados como estratégia para desqualificar o exercício da profissão

e afetam o sentido da democracia. Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos inscritos na Constituição, assim como promover o bem-estar de todos sem preconceito e qualquer outra forma de discriminação.

É essencial estarmos atentos a práticas autoritárias. Para além de uma ofensa vulgar, que autoriza a discriminação das mulheres e sustenta a naturalização de violência física, sexual e psicológica, elas fragilizam o tecido social.

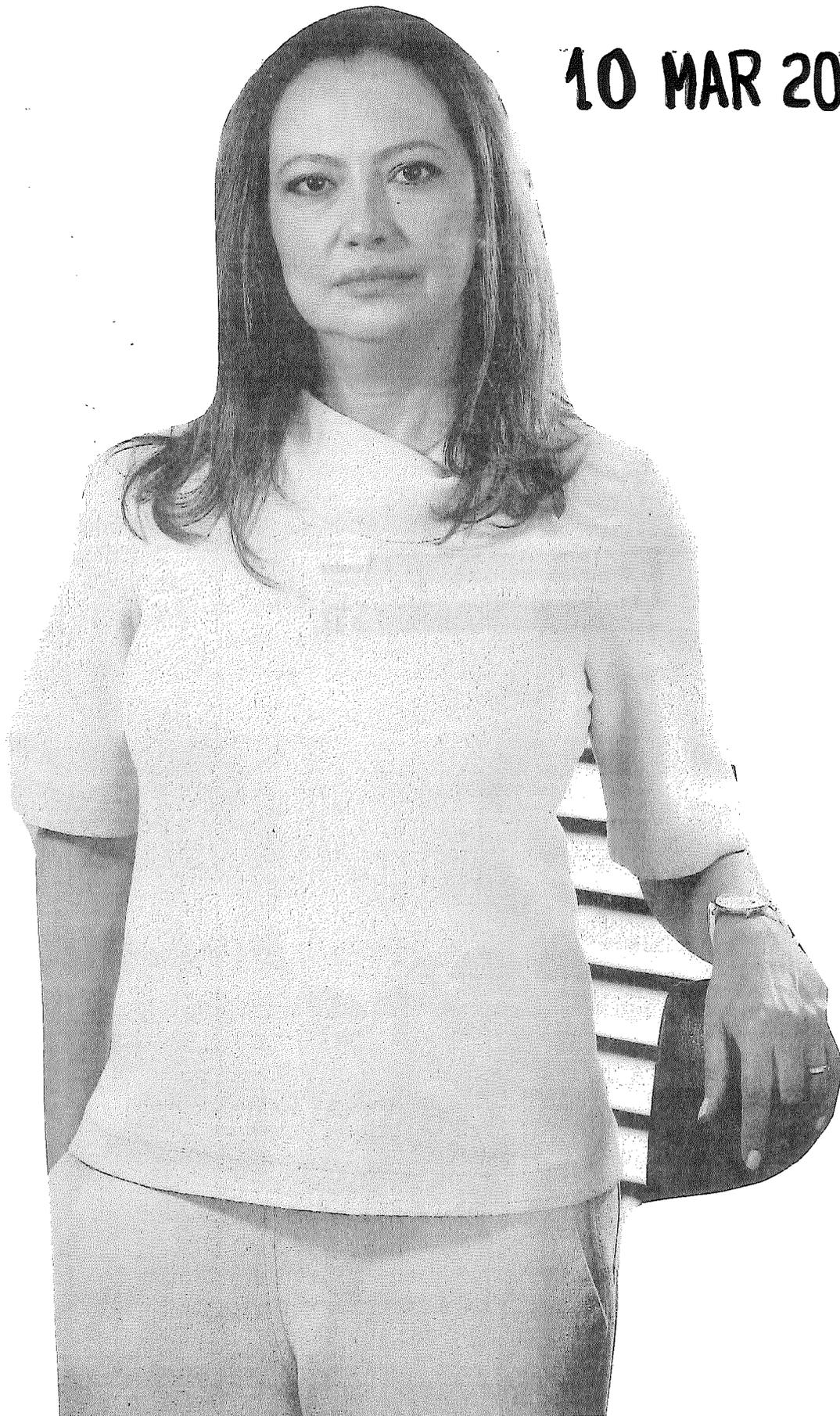
Todas as manifestações que procuram desqualificar a atuação profissional a partir da ofensa em razão de serem mulheres não só estruturam e naturalizam violências sofridas cotidianamente como também ameaçam os pilares da democracia.

## CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

10 MAR 2020



**Tani Maria Wurster, 44**

É juíza federal em Ponta Grossa (PR) e coordenadora da Ajufe Mulheres, comissão da Associação dos Juizes Federais do Brasil que trata de questões de gênero. Mestre em direito pela Universidade Federal do Paraná

10 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## Advogados contestam desigualdade de tratamento em fóruns

SÃO PAULO A instalação de sistemas de detecção de metais em fóruns apenas para vistoria de advogados e do público em geral, liberando juizes, promotores e servidores, levou a advocacia paulista a contestar na Justiça e em manifestações a existência de tratamento diferenciado para autoridades e funcionários públicos.

A lei federal 12.694, de 2012, que trata de organizações criminosas, estabelece que os tribunais podem instalar detectores de metais nos fóruns e submeter a eles todos os que queiram acessar os locais, "ainda que exerçam qualquer cargo ou função pública".

De acordo com essa legislação, estão isentos da obrigação apenas "os integrantes de missão policial, a escolta de presos e os agentes ou inspetores de segurança próprios".

Nesta segunda-feira (9), um grupo com cerca de 40 advogados realizou protesto em frente ao fórum criminal Mário Guimarães, na Barra Funda, zona oeste de São Paulo, que tinha como uma de suas pautas contestar a exigência diferenciada na vistoria pelos detectores de metais.

O criminalista Leandro Sarcedo, presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da seção de São Paulo da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), afirma que a legislação não é cumprida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo ao impor a passagem pelos equipamentos apenas aos advogados e ao público em geral.

A OAB de São Paulo apresentou uma petição ao STF (Supremo Tribunal Federal), no dia 18, para aderir a uma ação apresentada à corte pela OAB nacional requerendo

que os tribunais do país sejam obrigados a observar a lei federal 12.694.

Os advogados querem que a regra de passagem pelos detectores passe a alcançar também as autoridades e funcionários públicos.

"Somente a sociedade e a advocacia estão sendo obrigados a passar pelos procedimentos de segurança nos fóruns. Porém, a lei determina que todos devem passar, independentemente do cargo ou função. A resistência a isso vem de um sentimento de antirrepublicanismo", diz Sarcedo.

De acordo com a petição protocolada no STF, desde 2013, ano seguinte à edição da lei, a comissão de prerrogativas da OAB-SP recebeu 66 pedidos de providência sobre esse tema na capital paulista.

A criminalista Patricia Vanzolini estava entre as advogadas que foram ao fórum da Barra Funda nesta segunda para protestar contra o tratamento diferenciado.

"Nós entendemos a questão da segurança, mas o advogado está em pé de igualdade com o promotor e com o juiz. Não se pode partir da premissa de que o advogado seja um criminoso ou vá atentar contra a vida ou a integridade física de alguém", disse.

Na manifestação, o advogado Rodrigo Feitosa citou o fato de o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot ter afirmado em setembro passado que entrou uma vez no STF armado com uma pistola com a intenção de matar o ministro Gilmar Mendes, por causa de insinuações que ele teria feito sobre sua filha em 2017.

O criminalista também lembrou que, em outubro, o procurador da Fazenda Nacional Matheus Carneiro Assunção foi preso em flagrante pela PF sob suspeita de tentar matar uma juíza com uma faca na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo.

"Nenhum desses episódios envolveu um advogado. Não somos contra a revista, pelo contrário, todos têm que passar, autoridades e funcionários, e não apenas os advogados e o público", afirmou Feitosa.

Procurada pela Folha, a assessora do TJ afirma que "não passam pelos portais apenas as pessoas que têm aquele prédio como posto de trabalho". "Se um juiz ou um servidor, por exemplo, for a outro prédio diferente de sua designação, ele também deve passar pelo detector", diz.

O TJ-SP diz que a medida tem fundamento legal na resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) 291 de 2019, no provimento do Conselho Superior da Magistratura paulista 811 de 2003 e na portaria 9.344 de 2016 do próprio TJ.  
Flávio Ferreira

“

**Não somos contra a revista, pelo contrário, todos têm que passar, autoridades e funcionários**

Rodrigo Feitosa  
advogado criminalista

10 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# 'Não sei de nada', diz Toffoli sobre ato pró-Bolsonaro no dia 15

catia seabra

RIO DE JANEIRO O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), José Antonio Dias Toffoli, se recusou a comentar, nesta segunda-feira (9), a conclamação do presidente Jair Bolsonaro para que a população participe das manifestações agendadas para domingo (15) em apoio ao seu governo.

As manifestações são organizadas por ativistas conservadores e, além de bandeiras em defesa do presidente e das Forças Armadas, atacam o Congresso e o Judiciário. Nas redes, há algumas convocações extremistas pedindo o fim do Legislativo e do Supremo Tribunal Federal.

"Não sei de nada", afirmou Toffoli, após discursar na abertura do 21º Congresso Internacional de Arbitragem Marítima, no Rio de Janeiro.

Em seu breve discurso, Toffoli disse que a função da Justiça é pacificar conflitos, tarefa que requer apoio da sociedade. "A função última do Poder Judiciário é promover a pacificação social. É necessário que a sociedade também atue de forma cooperativa", afirmou.

O presidente do STF disse ainda que "o Brasil tem orgulho de sua magistratura e de seu Judiciário".

Presente ao Congresso, o ministro do Supremo Luiz Fux também se recusou a comentar. Ao chegar, ele disse que só se manifestaria sobre os temas em debate no encontro. "Nada de lá de fora." Na saída, voltou a se esquivar: "não gosto de falar rápido para não falar errado", argumentou.

Ex-presidente do STF, Ellen Gracie informou que, com o avanço do coronavírus, participantes do encontro cancelaram viagens ao Brasil e assistiriam ao Congresso via internet.

No sábado (7), Bolsonaro pediu que a população participe das manifestações programadas para domingo e afirmou que político que tem medo de rua não serve para ser político. A declaração foi dada em Boa Vista (RR) para cerca de 400 pessoas, entre autoridades políticas roraimenses e simpatizantes.

Em Roraima, Bolsonaro afirmou também que as manifestações convocadas para domingo querem mostrar que quem dá o norte para o Brasil é a população.

"É um movimento espontâneo, e o político que tem medo de movimento de rua não serve para ser político", afirmou. "Então participem, não é um movimento contra o Congresso, contra o Judiciário. É um movimento pró-Brasil", disse o presidente.

10 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Inteligência artificial já decide como juiz e muda estratégias de bancas de advocacia

Novas ferramentas que leem e interpretam mais de 108 milhões de causas em versão digital liberam até estagiários para funções criativas

Flávio Ferreira

SÃO PAULO Programas de inteligência artificial (IA) já estão tomando decisões em diferentes processos do Judiciário e no trabalho de escritórios de advocacia. Aos profissionais do direito, nesses casos, resta apenas a tarefa de conferir e, em seguida, confirmar ou não as orientações sugeridas pelos softwares.

A IA também já realiza ações como ler, interpretar, selecionar e elaborar documentos jurídicos, modificando o perfil de atividades em tribunais e bancas de advogados.

Segundo a versão mais recente do levantamento "Justiça em Números", realizado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), 108,3 milhões de causas tiveram início em versão digital de 2008 a 2018 no país.

Todo esse montante é um farto material para que os sistemas de IA e robôs possam coletar dados, identificar padrões e classificar as informações que interessam para cada tipo de profissional do direito.

No Judiciário de Pernambuco, por exemplo, um sistema de IA atualmente realiza o exame de novas ações de execução fiscal e decide quais delas estão de acordo com as regras processuais e

quais estão prescritas, diz o juiz de direito José Faustino Macêdo, da Vara de Executivos Fiscais de Recife.

Macêdo utiliza no dia a dia o sistema, batizado de Elis, e diz que, após conhecer ferramentas tecnológicas de outros tribunais do país, classifica o Elis como o único que "usa inteligência artificial no processo decisório".

"Elis de certa forma decide. Ela diz se o processo está ok ou não, e bota na minha caixa para eu assinar. É como se me substituísse até. Agora, não digo que ela me substitui porque eu tenho que parar, olhar e posso olhar, verificar se está certo ou não", afirma Macêdo.

De acordo com o magistrado, nos processos há sempre uma menção expressa sobre o uso da IA. Por meio de etiquetas, por exemplo.

"No texto da própria decisão está dizendo que foi Elis quem fez, para permitir transparência no processo, para que se saiba o que está sendo usado. O sistema precisa ser auditável, ter accountability [termo em inglês que significa possibilidade de ser fiscalizado], pois não é escuso ou escondido de ninguém."

O sistema de IA na Justiça de Pernambuco foi criado em 2018 e alimentado com dados provenientes das cerca de 450 mil execuções fiscais que estavam em andamento à época em Recife, referentes principalmente ao não pagamento de IPTU e ISS.

Segundo Juliana Neiva, secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação do tribunal, o desenvolvimento da IA teve custo zero para a corte, pois foi desenhado por servidores do próprio órgão.

Em outros tribunais do país também há iniciativas tecnológicas, com dois focos principais: reunir processos que tenham os mesmos temas jurídicos, para decidilos em conjunto, e automatizar tarefas para acelerar a tramitação das causas.

No STJ (Superior Tribunal de Justiça), o sistema de IA recebeu o nome de Sócrates e foi "treinado" com uso dos dados de 300 mil decisões da corte, segundo a assessoria do tribunal.

Agora a IA "lê" os processos novos e agrupa aqueles com assuntos semelhantes, para que possam ser julgados em blocos.

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

O software também é usado na triagem, para barrar a entrada de alguns tipos de causas que não tenham relação com as atribuições do tribunal.

Essa barreira digital é importante porque a Justiça brasileira criou uma categoria denominada “demanda repetitiva”, que se aplica a todo processo que tenha como tema uma questão jurídica comum a outros milhares.

São temas jurídicos que envolvem milhões de pessoas, como reajustes de planos de saúde ou índices de correção de taxas públicas.

Nesse tipo de situação, a identificação de uma apelação como demanda repetitiva faz com que ela seja devolvida ao tribunal de origem nos estados.

Quando sai a sentença do tribunal superior sobre o assunto, cada corte estadual é que irá aplicar a decisão judicial a cada caso.

O STJ quer ir mais longe no uso da tecnologia e relata que já está em andamento o projeto Sócrates 2. A ideia é avançar para que a IA em breve forneça de forma organizada, aos juízes, todos os elementos necessários para o julgamento das causas, como a descrição das teses das partes e as principais decisões já tomadas pelo tribunal em relação ao assunto do processo.

A meta é então levar aos magistrados uma espécie de cardápio de conteúdos selecionados para que eles escolham os mais adequados para montar a decisão judicial.

À medida que avança o uso da IA na área jurídica, também surge o debate sobre as questões éticas.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de SP e diretor do curso de direito da Faap, José Roberto Neves Amorim diz que a IA não deverá ser utilizada em alguns tipos de processos:

“Não podemos tirar em momento algum a sensibilidade humana do julgamento. Há causas que jamais poderão passar por máquinas, como as causas de família. Para um problema de guarda de filho, não há uma fórmula. Para esse tipo de caso há uma série de circunstâncias que só o ser humano vai conseguir definir”, diz Amorim.

O mesmo impedimento deve ser aplicado às causas penais, segundo o desembargador aposentado do TJ-SP. “No processo criminal, você tem que olhar para o réu, ver a testemunha. O juiz sente a pessoa que mente ou fala a verdade. A liberdade das pessoas é um bem absoluto para a humanidade”, afirma.

Nas bancas jurídicas, o principal benefício da IA vem do processamento de milhares de sentenças, depoimentos e petições, o que permite ao advogado saber como pensa cada juiz, o que fala cada testemunha, quais provas são mais aceitas pelos magistrados e como se comportam as partes adversárias.

Com base nesses dados, a IA já decide e indica qual o melhor caminho a seguir: fazer um acordo para encerrar a causa ou continuar a disputa jurídica.

Os dados garimpados pelos sistemas digitais levam advogados a se colocarem mais como estrategistas e menos como eruditos no conhecimento jurídico.

Nessa nova era, vale apresentar ao cliente um relatório com previsão quase certa sobre os caminhos para o sucesso no processo, com estatísticas e gráficos sobre o índice de condenações de uma determinada vara trabalhista. Isso em vez de exibir um diploma de doutorado ou o novo livro de um integrante da equipe de defensores.

Em escritórios que atuam em defesa de clientes com milhares de processos pelo país, como grandes redes e operadoras de telefonia (setor conhecido como “contencioso de massa”), a tecnologia é invocada até mesmo em meio ao calor das audiências judiciais.

Em alguns tipos de processos, os nomes das testemunhas só são revelados na hora da audiência, o que dificulta a vida das partes da causa.

Para lidar com esse problema, o escritório Lee, Brock e Camargo Advogados (LBCA) desenvolveu um aplicativo ligado a um sistema de IA.

O mecanismo possibilita levantar, logo após conhecer quem são os depoentes da parte adversária, tudo o que essas testemunhas já disseram em outros processos, afirma Solano de Camargo, sócio fundador do LBCA.

Em segundos, a IA também avisa quais são as contradições nas quais essas testemunhas já incorreram eventualmente em outras causas. É possível então mostrar de imediato ao juiz se um depoente fica mudando sua versão a cada processo, o que torna muito mais fácil derrubar a tese jurídica da parte contrária.

O sistema de IA do escritório foi batizado de Diana e já consumiu investimentos de R\$ 3 milhões nos últimos anos, diz Camargo. O custo inclui a implantação de um laboratório de tecnologia interno que conta com 41 integrantes.

Renato Mandaliti, sócio do Mandaliti Advogados, que investe em ferramentas tecnológicas desde o fim da década de 1990, diz que surgiu uma nova função para os advogados nesse tipo de banca jurídica: trabalhar ao lado de programadores para “ensinar” a IA.

No jargão técnico da informática, a atividade recebe o nome de “machine learning”.

CONTINUA

10 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Nela, os profissionais do direito colaboram com os técnicos para criar algoritmos que possibilitem diferenciar, por exemplo, quando um magistrado faz uma citação a uma outra decisão judicial, que serve como precedente, e quando efetivamente sentença na causa judicial.

Nesses escritórios, o trabalho é organizado em linhas de montagem, como “setor de logística” e “esteiras”, normalmente usados na indústria e no comércio e que passaram a fazer parte do vocabulário do ambiente profissional, segundo Mandaliti.

Nas bancas jurídicas, a categoria que mais sofreu impacto com o avanço tecnológico foi a dos estagiários. Antes uma espécie de faz-tudo, com tarefas burocráticas e repetitivas que muitas vezes incluíam a compra de lanche para os chefes no bar da esquina, agora esse profissional em início de carreira trabalha mais focado em atividades intelectuais criativas, como a elaboração das peças jurídicas.

A estagiária do LBCA Bruna Santos Ribeiro Silva, estudante do 4º ano da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, diz que o estagiário hoje não é mais aquela pessoa que faz serviços administrativos, como levar petições ao fórum, ir ao banco para pagar custas ou digitalizar processos. “Agora sobra tempo para fazer peças e estudar os casos.”

“

**Elis de certa forma decide. Ela diz se o processo está ok ou não e bota na minha caixa para eu assinar**

José Faustino Macêdo  
Vara de Executivos Fiscais, Recife

## Inteligência artificial na Justiça

**O que é Inteligência Artificial?**

IA (Inteligência Artificial) é uma forma de imitar a inteligência humana e o processo de aprendizado humano em máquinas. Às vezes é também capaz de tomar decisões

**Como a IA pode ser usada?**

A IA está presente em tecnologias como chatbots, assistentes virtuais (Siri e Google Assistente, por exemplo), games, edição de imagens, alguns eletrodomésticos, detecção de doenças, recomendação de filmes em aplicativos etc.

**Quais as ferramentas do meio jurídico?**

Uma das técnicas que ajudaram a impulsionar a IA se chama “machine learning”. Com ela, o computador examina grandes conjuntos de dados para detectar padrões nas informações. No Brasil, a principal fonte para alimentar os programas de IA é o acervo de quase 110 milhões de causas que tiveram início em versão digital a partir de 2008 no país. Esse enorme banco de dados permite que os sistemas de IA e robôs possam coletar dados, identificar padrões e classificar as informações que interessam para cada tipo de profissional do direito, além de decidir quais medidas a adotar nos processos e elaborar documentos jurídicos

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

10 MAR 2020

**Como funciona a IA na Justiça?**

Nos processos novos, os programas de IA já realizam as seguintes tarefas:

- “Ler” as petições iniciais dos casos e agrupar aqueles com assuntos semelhantes, para que possam ser julgados em blocos
- Nos tribunais superiores, identificar as ações que se enquadram na categoria denominada “demanda repetitiva” (processo com tema jurídico comum a outras milhares de causas, como reajustes de planos de saúde) para que sejam devolvidas aos tribunais estaduais
- Em execuções fiscais (ações de cobrança de impostos), decidir quais delas estão de acordo com as regras processuais e quais estão prescritas

**Como funciona a IA nos escritórios de advogados?**

Nas bancas jurídicas, os programas de IA já desempenham as seguintes atividades:

- Analisar milhares de sentenças, depoimentos e petições de processos em formato digital
- Preparar relatórios sobre a forma de decidir de cada juiz
- Identificar testemunhas que mais comparecem a audiências e descobrir eventuais contradições em seus relatos
- Apontar quais tipos de provas são mais aceitos pelos magistrados
- Com base nos elementos de um determinado processo, indicar se a melhor estratégia é fazer um acordo e encerrar a causa ou prosseguir na demanda judicial

10 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## Na USP, reforma constitucional é tema de seminário

SÃO PAULO A Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) promove no dia 23 de março, a partir das 8h, um seminário sobre federalismo e reformas constitucionais.

Coordenados pelos diretores Floriano de Azevedo Marques e pelo professor Fernando Scaff, sete debates abordarão dos projetos de reforma tributária no Senado à proposta de extinção de municípios pequenos apresentada pelo governo em novembro.

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski participará da mesa sobre federalismo, e o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy participará do debate sobre dívida pública.

O seminário acontecerá a partir das 8h no auditório da Faculdade de Direito da USP (largo São Francisco, 95, centro de São Paulo), que tem 100 lugares.

O evento é gratuito e não é necessário fazer inscrição.

## MÔNICA BERGAMO

**NA LEI** O coronel Nivaldo Restivo, da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), nega que a pasta tenha estimulado o envio de “cartinha para quem estupra e mata criança”, como acusou a deputada Janaína Paschoal (PSL-SP) nas redes sociais. Ela se referia ao fato de o órgão ter divulgado o endereço para correspondência com a detenta transexual Suzy Oliveira, que apareceu em uma reportagem do Fantástico, da TV Globo.

**É A LEI** Ele afirma que, pela lei de execução penal, todo preso tem direito a se comunicar com o mundo externo. Lembra que todas as mensagens são analisadas por funcionários da secretaria — cartas enviadas por crianças, por exemplo, são barradas.

**FALATÓRIO** “Ela [Suzy] está cumprindo pena em regime fechado até 2040. Supondo que todos os controles falhem, só teria possibilidade de contato [com alguém que escreve] daqui a 20 anos”, afirma Restivo. “As pessoas que estão falando isso estão mal informadas. Ou mal intencionadas”, finaliza ele.

**SOLIDÃO** Suzy, condenada por matar uma criança, ganhou notoriedade ao ser abraçada pelo médico Drauzio Varella numa reportagem do Fantástico. Ele reagiu ao fato de ela há oito anos não receber correspondências nem visitas.

## PAINEL DO LEITOR

### Patrícia Campos Mello

Todo apoio à ilustre jornalista Patrícia Campos Mello pela decisão de recorrer à Justiça contra as ofensas que recebe desses repugnantes sujeitos (“Repórter da **Folha** vai à Justiça contra Bolsonaro após ataques”, Poder, 10/3). E acho que os valores das indenizações solicitados por ela representam muito pouco diante da atitude de desonestidade, falta de dignidade e hipocrisia reveladas nos constantes insultos às jornalistas que não se vestem de palhaço. Espero que a Justiça demonstre sua imparcialidade neste julgamento.

Moacyr da Silva (São Paulo, SP)

Parabéns, Patrícia! E coragem, siga em frente! Esses tipos de ofensa e agressão devem ser enfrentados. Não é possível mais continuar assim.

Lúcia Helena Bassitt Barreiros de Carvalho (São Paulo, SP)

### Racismo

“Justiça condena responsáveis por racismo contra Maju Coutinho, da Globo” (Mônica Bergamo, 9/3). Infelizmente, esses atos só terão fim quando a Justiça for aplicada de forma sistemática a todos os que ousarem mostrar os dentes da discriminação. Mas aqui no Brasil não há histórico de condenação por racismo. Os delegados fazem questão de não denunciar e de não abrir inquérito por racismo — salvo se a vítima for uma pessoa importante.

Aguinaldo Pedro (São Paulo, SP)

Diretora do Instituto Gerar, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

## Dia das Mulheres é dia de quê?

8 de março é dia de sair da jaula e lutar

Paul B. Preciado é filósofo, escritor, curador e, acima de tudo, personalidade importante da cultura contemporânea. É autor do "Manifesto Contrassexual" (2002), no qual aponta algumas armadilhas teóricas dos estudos de gênero que fizeram as discussões sobre o tema avançarem muito. Em seu livro "Testo Junkie" (2008) — um misto de diário/carta, rigorosa pesquisa acadêmica e tese original — relata sua experiência com a autoadministração de testosterona para transitar para o gênero masculino. O final, no qual se descobre com quem ele dialoga desde as primeiras páginas, é profundamente tocante, revelando uma qualidade literária insuspeita. Se Judith Butler — conhecida por suas posições pacifistas e democráticas — foi agredida covardemente no Brasil ao dar conferência abordando questões de gênero, que dirá esse homem trans?

Em novembro de 2019, na França, Preciado causou furor ao participar da 49ª Jornada da Escola da Causa Freudiana. Ele foi à fonte perguntar sobre a invisibilidade de psicanalistas trans e/ou homossexuais.

De fala contundente, mas doce, Paul B. — B de Beatriz, nome que mantém a ambiguidade de seu percurso de gênero — encarna um fato que insistimos em tentar ignorar: há mais gêneros do que a interpretação binária calcada nos órgãos genitais é capaz de imaginar.

Comparando-se ao macaco Pedro Vermelho do texto "Um Relatório Para a Academia"

(1917) de Franz Kafka, o filósofo se apresentou aos psicanalistas com uma existência tão incompreensível aos acadêmicos quanto à do símio do conto. Sua provocação, com grandes doses de ironia, deixou a plateia da jornada perplexa, denunciando a dificuldade em assumir que existem diferentes formas de viver a relação com o corpo, com o desejo e com as convenções de gênero bem distantes da patologia. Ao trazer a questão para dentro de uma reconhecida instituição psicanalítica, revela que ninguém está livre de preconceitos e devemos continuar vigilantes na luta contra eles. Por outro lado, o próprio convite para que participasse do evento é a prova da busca incessante dos psicanalistas por enfrentar o tema.

Reproduzo um trecho de sua fala: "Falo-lhes, hoje, desde essa jaula elegida e desenhada, do homem trans, do corpo de gênero não binário. Uma jaula política que é, em todo caso, melhor que a dos homens ou das mulheres, porque ao menos reconhece seu estatuto de jaula".

Aproveito a provocação para perguntar: e na jaula das mulheres, o que temos?

Metade da população mundial está sob o jugo da outra metade, seja na forma de violência explícita, seja na forma do paternalismo cerceador. Trabalhamos gratuitamente como cuidadoras dos filhos, maridos, pais, sogros às expensas do nosso trabalho remunerado, no qual recebemos menos realizando as mesmas tarefas que os homens.

Quanto mais assumimos que "não é não" — sob um governo que promove o machismo —

mais aumentam os casos de estupro e feminicídio. Mulheres negras e, abaixo delas, as mulheres negras pobres e, mais aquém, mulheres trans negras pobres são o chão da pirâmide de vulnerabilidade social — sendo, muitas vezes, oprimidas por mulheres brancas.

O grande mérito do Dia Internacional das Mulheres em 2020 não é, nem de longe, a comemoração de uma pretensa feminilidade. O mérito é de termos finalmente reconhecido que 8 de março não é dia de comemorar, é dia de sair da jaula e lutar, não importando qual seu gênero.

10 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

# Na semana do 8 de março, AL volta atenção aos direitos da mulher

## Deputados paranaenses concentram forças em votar e aprovar projetos de interesse da população feminina

Mariana França Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Em virtude do 8 de março - Dia Internacional dos Direitos das Mulheres -, a AL (Assembleia Legislativa) do Paraná concentrou forças em votar e aprovar na semana passada e nessa projetos de interesse da população feminina. A maioria deles dispõe sobre o combate à violência, especialmente o feminicídio (modalidade de homicídio motivada por viés de gênero).

Dentre as propostas está a 91/2019, que assegura preferência no preenchimento de vagas em cursos de qualificação técnica e profissional às vítimas de agressão doméstica e familiar. O texto, aprovado já em redação final, é assinado pela deputada Cristina Silvestri (CDN).

“Queremos quebrar esse ciclo de violência. Muitas mulheres não tiveram a oportunidade de se profissionalizar, de fazer cursos técnicos. É uma forma de dar a elas independência financeira e emancipação social, para que saiam dessa relação”, explica a parlamentar.

Outra mensagem é a 613/2019, de autoria de Deputado Francischini (PSL), que

obriga condomínios residenciais localizados no Estado a comunicarem em até 24 horas aos órgãos de segurança pública quando houver em seu interior indícios de agressão contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.

“É no lar que acontece a maior quantidade de casos de violência. Nada mais justo do que acabar com aquela temática antiga de que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher ou que assuntos da família não podem sair das quatro paredes”, diz o parlamentar. A mensagem precisa apenas da sanção do governador Ratinho Junior (PSD) para ser incorporada à legislação.

“O governador vai regulamentar, criar mecanismos de denúncia que garantam o anonimato, para não colocar em risco a vida dos síndicos e administradores. Os próprios vizinhos vão acabar denunciando quando os casos forem de domínio público. Toda vez que chegamos a casos extremos na polícia identificamos que muitos sabiam que aquela mulher já vinha sendo vítima há muito tempo”, completa Francischini.

### SALVE MARIA

Nessa segunda-feira (9), os deputados estaduais também já deram aval, em redação final, ao projeto 50/2019, criando o “Salve Maria”, aplicativo que viabiliza, de forma anônima, denúncias de violência contra a mulher. A iniciativa é de Cantora Mara Lima (PSC), que pretende atingir não apenas vítimas que já conquistaram a medida protetiva.

Conforme o texto, as mensagens serão encaminhadas por meio de um canal seguro e recebidas por um servidor público, que dará seguimento ao atendimento, até que sejam tomadas as providências cabíveis ao caso.

A última sessão da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa deu destaque a mais matérias relacionadas aos direitos humanos de mulheres. A proposição 30/2020, de Maria Victoria (PP), que institui a quinzena de combate ao feminicídio, foi um dos itens de pauta de segunda. A ideia é abordar a questão entre os dias 25 de novembro e 9 de dezembro.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Em 160 anos de  
história, AL só teve  
22 deputadas

10 MAR 2020

Dos 54 parlamentares que exercem atualmente mandato na Assembleia Legislativa do Paraná, somente cinco são mulheres. Além de Maria Victoria (PP), Mara Lima (PSC) e Cristina Silvestri (CDN), que é suplente, foram eleitas em 2018 Luciana Rafagnin (PT) e Mabel Canto (PSC).

Conforme dados da própria AL, desde a posse de Rosy Pinheiro Lima, que ocupou uma cadeira na Casa de 1947 até 1950, outras 21 mulheres tiveram espaço no Legislativo paranaense. Isso num período de mais de 160 anos de história.

Apesar da pouca representatividade, às mulheres são 52% do eleitorado brasileiro. Entretanto, números do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mostram que, nas últimas eleições municipais, em 2016, apenas 31,89% dos políticos que se candidataram eram do sexo feminino.

A primeira vez que as candidaturas de mulheres alcançaram 30% do total no país foi nos pleitos de 2012. Em relação a 2016, dos 5.568 municípios, 1.286 não tiveram nenhuma vereadora eleita. Apenas em 24 cidades as mulheres representam a maioria dos escolhidos para as Câmaras.

### ANÁLISE

“Temos muito a comemorar pelas conquistas que tivemos ao longo da história. Só conquistamos direito ao voto em 1932 e direito a ir para uma universidade em 1879. Avançamos muito. Hoje a mulher participa bastante no campo econômico, social e político”, pondera Luciana Rafagnin.

Nesse último campo, porém, ela avalia que a participação continua pequena. “De 513 deputados federais, temos apenas 77 mulheres. Nessa Casa, temos cinco. É um dado bastante pequeno (...) Temos que analisar porque as mulheres não participam do processo. Estamos sob uma cultura patriarcal. Muitas ainda não despertaram para a importância do papel da mulher na política”, opina.

Para a petista, é importante que os partidos políticos valorizem de fato as mulheres, inclusive em cargos nos seus diretórios. “Não podem colocar a mulher só para preencher cota. Têm de fazer que mulheres sejam candidatas para valer, com toda a importância que merecem”, defende.

Na avaliação do presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB), contudo, a própria mulher precisa “despertar um interesse maior pelo momento político do país e do Estado e não se curvar apenas às vontades dos homens”. “As mulheres às vezes cobram, mas não se posicionam. Não ocupam a liderança que elas podem ter e exercer com legitimidade”, comenta o tucano.

“Temos dificuldade no processo político de encontrar mulheres que queiram participar das eleições. A mulher precisa se inserir na sociedade, usar da força que ela tem, de aglutinar lideranças. Eu, que sou homem público há 35 anos e sempre tive o privilégio de ter grandes e valorosas mulheres trabalhando, sei do potencial que elas têm”, acrescenta. (M.F.R.)

10 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

# Empresário é preso por importunar sexualmente estudante em ônibus

Caso aconteceu durante a madrugada e prisão foi realizada quando veículo chegou a Londrina

Vitor Ogawa

Reportagem Local

Um empresário de 45 anos foi preso em flagrante na manhã de segunda-feira (9) por ter importunado sexualmente uma universitária em um ônibus interestadual que vinha de São Paulo a Londrina. Segundo a delegada plantonista da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, Lívia Pini, a ocorrência foi lavrada por volta das 8 h, mas teria ocorrido de madrugada.

A vítima relatou à polícia que o homem estava sentado no banco ao lado e teria colocado a mão nas suas partes íntimas, entre suas pernas. A jovem logo revidou e chamou o motorista. Um passageiro que estava no banco ao lado foi ouvido e teria testemunhado a cena. A Polícia Militar foi acionada e assim que o ônibus chegou à rodoviária de Londrina os passageiros foram retidos.

“O indivíduo foi identificado e levado à Central de Flagrantes da 10ªSDP, onde foi determinada a prisão por importunação sexual. Ele não tem antecedentes em Londrina, mas não se sabe se tem antecedentes no estado de São Paulo”, afirmou a delegada. O acusado, que não teve o nome divulgado pela polícia, alega

inocência. “Ele falou que estava dormindo e que acordou quando a universitária estava tirando sua mão naquelas circunstâncias”, disse Pini, titular da Delegacia da Mulher.

Segundo ela, a a vítima não conhecia o indivíduo. “O trajeto deles não foi igual e não existe indício ou justificativa para que ela estivesse inventando essa história. Nos crimes de natureza sexual a palavra da vítima tem um grande peso.”

## MUITO COMUM

Pini ressalta que esse tipo de ocorrência é muito comum e é importante que eles sejam denunciados para evitar em situações de reincidência. “Muitas vezes eles não são notificados, seja porque ela é pressionada pelos demais passageiros por ficarem retidos no ônibus ou, às vezes, é desencorajada porque não fez a denúncia no momento em que o ato aconteceu. Nada disso procede, porque é algo muito sério e precisa ser levado à Justiça.”

De acordo com a lei 13.718/18, importunação sexual é crime e impede o arbitramento de fiança em sede policial. “Ele ficará preso até a audiência de custódia”, afirmou a delegada. A pena pode variar entre um e cinco anos de prisão.

O caso ocorreu em uma linha da Viação Garcia. A Polícia Civil irá solicitar à empresa de ônibus eventuais gravações do sistema de videomonitoramento. Em nota, a empresa afirma que “repudia qualquer tipo de assédio e violência contra qualquer passageiro, em especial às mulheres, e oferece ambientes cada vez mais seguros aos seus clientes, como por exemplo o Espaço Mulher. Informamos que a empresa ofereceu todo o suporte necessário à cliente”.

Hofstaettere conta que foram registrados 32 casos de importunação sexual em Londrina em 2019. “Em janeiro deste ano registramos dois casos e em fevereiro foram mais cinco casos. As denúncias desse tipo vêm crescendo mês a mês”, destaca. Segundo ela, os motivos do aumento estão sendo investigados.

## PROTESTO

Antes da entrevista coletiva realizada na segunda-feira à tarde, na sede da Delegacia da Mulher, as policiais civis e estagiárias que atuam na unidade, no Nucria (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes) e na DCCO (Divisão de Combate à Corrupção) realizaram um protesto contra o feminicídio.

CONTINUA

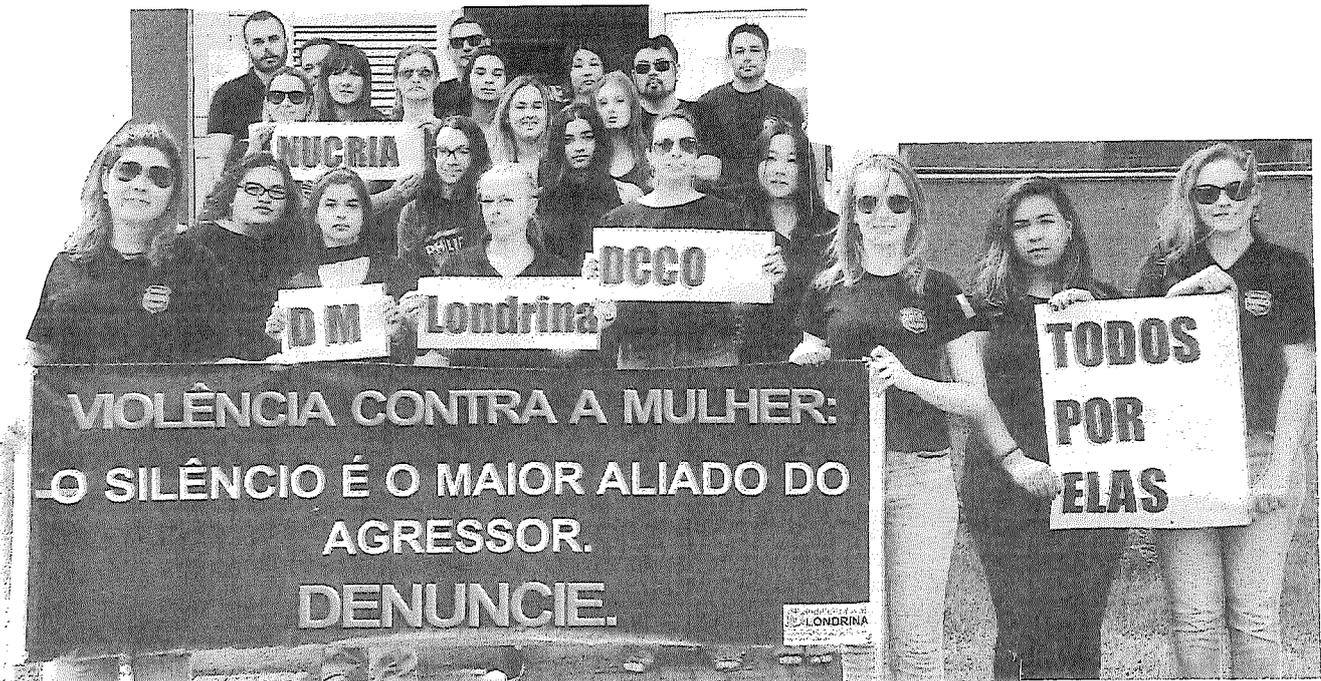
# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

10 MAR 2020

Elas portavam faixas e cartazes com dizeres: "Violência contra a mulher: O silêncio é o maior aliado do agressor. Denuncie" e "Todos por elas."

A delegada-adjunta da Delegacia da Mulher, Magna Marina Ferreira Hofstaettere, afirma que o ato foi contra toda e qualquer forma de violência contra a mulher. "Infelizmente tivemos um caso de feminicídio que aconteceu dentro da nossa instituição. As providências já estão sendo adotadas. Foi para mostrar que a Polícia civil não coaduna com forma de violência seja ela praticada dentro ou fora da instituição", disse ela sem detalhar sobre o caso.



*Policiais civis e estagiárias realizaram um protesto contra o feminicídio*

10 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

# Lava Jato: Justiça rejeita pedidos de compensação da União por crimes

**União requer retenção prioritária de milhões de reais de réus alegando que desvios geraram prejuízo ao fisco**

**Juíza federal em Curitiba negou pedido da Procuradoria da Fazenda para bloquear R\$ 52 mi de Youssef**

Felipe Bächtold  
Folhapress

**São Paulo** - A Justiça tem rejeitado uma série de pedidos da Procuradoria da Fazenda da União para reter de maneira prioritária milhões de reais de réus da Lava Jato com o argumento de que os crimes descobertos na operação geraram prejuízos ao fisco.

A União, nesses pedidos, tenta se colocar como vítima ao lado da Petrobras, afirmando que o desvio de recursos revelado nas investigações da Lava Jato, que completa seis anos nesta terça-feira (10), constituiu também sonegação fiscal e que tem preferência sobre outros prejudicados.

Nos processos da Lava Jato, a devolução determinada pela Justiça de verbas desviadas beneficia a estatal petrolífera, que está no centro do esquema de corrupção investigado desde 2014.

Em decisões recentes, em janeiro, a juíza federal Carolina Lebbos, que atua em procedi-

mentos paralelos da operação em Curitiba, negou bloquear R\$ 52,5 milhões do doleiro Alberto Youssef e R\$ 11,7 milhões do ex-diretor da Petrobras Renato Duque, conforme pedia a Procuradoria da Fazenda.

No caso envolvendo o doleiro, a União disse que havia risco de a destinação de bens na esfera criminal prejudicar o pagamento de compensações na esfera cível e que os depoimentos do réu na Justiça já demonstram que houve sonegação fiscal.

Em relação a Youssef, a primeira negativa havia sido ainda do então juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro, em 2017. Além de defender a prioridade da Petrobras sobre a recuperação dos danos, o então juiz disse que o acordo de delação já pressupunha que os valores sequestrados fossem destinados à Petrobras.

A defesa do doleiro, o Ministério Público Federal e os

advogados da Petrobras também se posicionaram contra essa solicitação.

Neste ano, Lebbos também argumentou em despacho que as condenações de Youssef dizem respeito a crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e de organização criminosa, sem que tenha havido imputação a crimes tributários.

Em segunda instância, juízes também já rejeitaram pedidos da União para bloquear recursos do ex-ministro José Dirceu e da doleira Nelma Kodama - neste último caso, a vítima principal do caso era o Banco do Brasil.

No procedimento relacionado ao ex-ministro, a União argumentou que os atos de corrupção consistiram na inclusão de propina como custo de contratos firmados na Petrobras, o que reduziu o lucro da estatal e, conseqüentemente, também diminuiu os tributos sobre o lucro devido ao fisco.

Para o Ministério Público, os efeitos a partir do prejuízo causado à estatal são conseqüências sem relação direta com os crimes imputados na Lava Jato.

**CONTINUA**

10 MAR 2020

**FOLHA DE LONDRINA**  
**CONTINUAÇÃO**

**RELATORIA**

O relator João Pedro Gebran Neto, em julgamento de 2018 relacionado a Dirceu, concordou com esse posicionamento e afirmou que seria preciso analisar outras provas para comprovar que houve o prejuízo citado pela Procuradoria da Fazenda.

10 MAR 2020

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME FOLHA

#### **Título de eleitor sem fila**

O dia 6 de maio é o prazo final para quem precisa tirar o primeiro título, regularizar a situação ou mudar de endereço para participar das eleições municipais de outubro. A Justiça eleitoral do Paraná emitiu alerta para o eleitor não deixar a tarefa para a última hora. Quem for nas próximas semanas não encontrará filas e será atendido em poucos minutos. Próximo ao final do prazo, no entanto, mesmo com a ampliação do número de guichês e servidores disponíveis, o eleitor poderá esperar horas na fila. Em Londrina, o atendimento do Fórum Eleitoral no Centro Cívico (R. Parigot de Souza, 231) é das 12h às 19h, de segunda a sexta-feira.

#### **“Não sei de nada”, diz Toffoli sobre protestos**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), José Dias Toffoli, se recusou a comentar, nesta segunda-feira (9), a iniciativa do presidente Jair Bolsonaro de conclamar a população a participar de manifestações agendadas para domingo (15). Nas redes, há algumas convocações de caráter autoritário, pedindo o fim do Legislativo e do STF. “Não sei de nada”, afirmou Toffoli, após discursar na abertura do 21º Congresso Internacional de Arbitragem Marítima, no Rio de Janeiro. Toffoli afirmou, no entanto, que a função da Justiça é de pacificação de conflitos, tarefa que requer suporte da sociedade.

## CLAUDIO HUMBERTO

#### **Justiça obriga Google a censurar escândalo JBS**

Maior portal de buscas do mundo, o Google vem sendo obrigado pela Justiça brasileira a censurar acesso a notícias sobre o escândalo de corrupção envolvendo Joesley Batista & cia, controladores do grupo J&F/JBS. Tudo à revelia da Constituição, que veda qualquer forma de censura, e também do interesse público. Os veículos ficam sabendo da censura quando o Google comunica a decisão autoritária da Justiça.

10 MAR 2020

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Plano de saúde que mantém hospital responde solidariamente por falha

Plano de saúde que mantém hospital e emprega médicos ou indica rol de conveniados responde solidariamente por falha na prestação de serviço. Com esse entendimento, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou recurso especial de uma operadora que foi condenada a pagar indenização por danos morais em razão da morte de paciente devido à demora de

atendimento. No caso, uma idosa que sofreu uma queda foi encaminhada a hospital credenciado pela operadora de planos de saúde, onde se constatou lesão grave na coluna cervical e necessidade de operação de urgência. Por conta de entraves administrativos, cirurgia demorou 22 dias para ser realizada. Como resultado, a situação da idosa evoluiu para quadro de choque,

e ela morreu no dia seguinte ao procedimento.

No recurso, o plano afirmou que “limitou-se a prestar serviço de cobertura de plano de saúde, simplesmente emitindo autorização e custeando-o, sem qualquer negativa”. Defendeu que não poderia responder por erro médico praticado no âmbito das relações de autorizações de procedimentos.

## Alteração que proíbe saída temporária de presos não pode retroagir

O desembargador Márcio Bartoli, da 1ª Câmara de Direito Criminal do TJ-SP, derrubou na última quinta-feira (5/3) uma decisão tomada pelo 9º Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim) que barrava a saída temporária de presos do regime semiaberto condenados por crimes hediondos com resultado morte.

O magistrado entendeu que a proibição das saídas contraria o princípio da ir-retroatividade, previsto no artigo 5, XL, da Constituição Federal e no Código Penal.

Isso porque a determinação do 9º Deecrim teve como base o artigo 122, parágrafo 2º, da Lei de Execução Penal, que passou a valer somente no final de 2019 com a publicação da lei “anticrime” (Lei 13.964/19).

“O ato impugnado, conforme alegado, atenta frontalmente contra direito fundamental previsto na Constituição Federal, na medida em que determina a retroação da lei penal mais gravosa à execução da pena imposta por fato a ela pretérito”, afirma Bartoli.

## FÁBIO CAMPANA

### LAVA JATO RECUPEROU

Em mais de cinco anos, a Operação Lava-Jato em Curitiba conseguiu recuperar R\$ 4 bilhões por meio de delações premiadas de pessoas físicas, acordos de leniência de empresas, termos de ajustamento de conduta (TAC) e renúncias voluntárias de réus ou condenados. Os dados foram divulgados pelo Ministério Público Federal (MPF) no fim do ano passado.

### BOM PARA DALLAGNOL

Quem conhece os três nomes aprovados em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado na semana passada para compor o Conselho Nacional do Ministério Público diz que eles tornam o órgão de maioria favorável a Deltan Dallagnol. As indicações precisam ainda passar pelo plenário, mas a tendência é que sejam aprovadas. O procurador, coordenador da Lava Jato em Curitiba, responde a 17 processos. No ano passado, ele foi punido com uma advertência por 8 votos a 3. O CNMP tem 14 conselheiros. Com a nova configuração, avalliam pessoas ligadas ao conselho, Dallagnol tende a se livrar de novas punições mais graves.

# 10 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### Juíza marca audiência entre Lula e Luciano Hang por faixa de 'cachaceiro'

A juíza Anuska Felski da Silva, da 2.ª Vara Cível de Navegantes (SC), marcou para 29 de junho a audiência de conciliação entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o empresário Luciano Hang, do grupo Havan. O petista processa o empresário por calúnia e difamação sob acusação de ter patrocinado um avião que sobrevoou o litoral catarinense com a mensagem "Lula cachaceiro devolve meu dinheiro". Em dezembro, depois de anunciar que iria "patrocinar" um avião



GABRIELA BILO / ESTADÃO - 21/11/2019

com "mensagens patriotas", Hang publicou um vídeo da cena em seu perfil no Twitter. A defesa de Lula cobra R\$ 100 mil de indenização, alegando que a mensagem "fere a imagem e a honra" do petista.

### Três acusados de fraude no Postalís viram réus

A 12.ª Vara Criminal Federal de Brasília aceitou denúncia contra o ex-presidente do Postalís Antonio Carlos Conquista, o ex-diretor do fundo de pensão Ricardo Azevedo e o ex-presidente do Grupo BNY Mellon José Carlos de Oliveira. Eles são acusados de crimes contra o sistema financeiro que provocaram um rombo de R\$ 98 milhões no fundo de pensão dos Correios. A denúncia pede, ainda, R\$ 295 milhões para reparação econômica e moral das vítimas. Os advogados não responderam à reportagem.

### Lava Jato aponta propina para delegado do Rio

Após realizar buscas na Operação Titiereiro, na semana passada, a força-tarefa da Lava Jato no Rio afirmou que o delegado Angelo Ribeiro de Almeida Júnior teria recebido propina de R\$ 2 milhões do empresário Arthur Soares, o "Rei Arthur". A Procuradoria diz que o dinheiro foi pago para beneficiar o empresário em inquéritos. As defesas do delegado e de Soares não foram localizadas.

**R\$ 2 mi**  
TERIA RECEBIDO  
O DELEGADO EM  
PROPINA, DIZ A  
PROCURADORIA

### Moro quer elevar pena para agressor de mulher

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, disse ontem que vai apresentar, nos próximos dias, em parceria com a bancada feminina do Congresso, projeto de lei para aumentar penas em casos de violência contra a mulher. Segundo ele, a iniciativa deve condicionar o acesso a recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública a Estados que criarem programas de proteção a vítimas de violência doméstica.

### Gilmar mantém regras de uso de redes por juízes

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, negou ontem seguimento ao Mandado de Segurança Coletivo que pedia para tornar sem efeito a resolução do CNJ que regulamentou o uso de redes sociais por magistrados. A Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, autora do mandado, afirmou que "a liberdade de expressão deve ser vista não apenas como um direito individual fundamental, mas sobretudo como um direito coletivo que favorece a sociedade e fortalece a democracia".

10 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### COLUNA DO ESTADÃO

● **Bola...** A bancada da bala neste primeiro semestre decidiu fugir de bola dividida: não vai encampar o excludente de ilicitude para GLO, como sonha o presidente Bolsonaro, e outros pontos que saíram do pacote anticrime, nem mesmo questões ligadas ao armamento para a categoria.

● **..light.** A prioridade será a lei orgânica das polícias, PEC da prisão após segunda instância e novo Código de Processo Penal.

● **Como...** “As propostas que saíram do pacote de Moro, o Congresso já rejeitou. É até um desrespeito com o Parlamento propor agora”, disse o líder da bancada, Capitão Augusto (PL-SP), que também é candidato à sucessão de Rodrigo Maia no ano que vem.

● **..é.** Na prática, pautas polêmicas têm chances baixíssimas de ser votadas no segundo semestre, por causa das municipais.

# JORNAL DO ÔNIBUS

## Deputados debatem projetos para as mulheres

Garantir direitos e proteção às mulheres paranaenses, que ainda hoje são vítimas de violência física, psicológica, sexual e financeira, e vivem num estado onde a taxa de feminicídio é preocupante. Esses são objetivos dos projetos de lei discutidos nesta segunda-feira (09), pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná, na reunião extraordinária, dedicada ao Dia Internacional da Mulher, que promoveu reflexão sobre o protagonismo feminino.

O deputado Delegado Francischini (PSL), presidente do colegiado, destacou a importância desse momento e dos temas abordados pelas propostas em discussão no Legislativo. Um dos PLs aprovados, o 776/2019 é da deputada Cristina Silvestri (CDN). Ele estabelece princípios e diretrizes para a criação de um programa de reeducação de agressores em caso de violência doméstica e familiar, denominado de Segunda Chance. Entre as medidas está a instituição de um serviço de educação do agressor desenvolvido através de equipes multidisciplinares. A relatora da matéria foi a deputada Maria Victória (PP). A proposição será agora analisada por outras Comissões permanentes e, posteriormente, deve ser votado em Plenário. ■

# 10 MAR 2020

### Vítimas de agressão

A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná quer agir com o novo Protocolo Unificado de Atenção à Mulher: fortalecendo a rede de proteção no estado. O documento, o primeiro deste tipo no Brasil, foi lançado ontem, durante a sessão plenária. "Vai funcionar assim: um sistema vai padronizar os serviços de todas as procuradorias municipais, por meio de uma integração digital, que processará o encaminhamento dos casos de violência e permitirá um estudo mais completo sobre os tipos comuns de agressões e em quais localidades ocorrem", explica a procuradora, deputada Cristina Silvestri (CDN).

10 MAR 2020

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Ministério Público denuncia 21 suspeitos de integrar PCC

## Grupo é acusado de fazer tráfico de drogas na Região Metropolitana

Grupo é acusado de fazer tráfico de drogas na Região Metropolitana. A 4ª Promotoria de Justiça de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, ofereceu denúncia criminal contra 21 pessoas investigadas por participação em organização criminosa, tráfico de drogas, posse e porte de armas de fogo, entre outros crimes. Os fatos denunciados datam de julho de 2019 e foram investigados na Operação Sicários, iniciada pela Divisão Estadual de Narcóticos da Polícia Civil do Estado do Paraná (Núcleo da Região Metropolitana de Curitiba) em conjunto com a 4ª Promotoria de Justiça de Fazenda Rio Grande.

Identificou-se no curso das apurações que o grupo atuava no município de Fazenda Rio Grande, nos bairros Iguazu II, Gralha Azul e Estados, com ramificações em Curitiba, nas localidades de Vila Portelinha, no bairro Santa Quitéria, e Vila Estrela, no bairro Fazendinha.

Também foi comprovada a presença da organização em Araucária, com controle de diversos pontos de tráfico de entorpecentes ilegais e locais para o armazenamento de drogas, armas de fogo e munições.

Os 21 denunciados, 17 estão presos preventivamente, situação que o Ministério Público do Paraná requer na denúncia que seja mantida. ●

10 MAR 2020

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Lava Jato de Curitiba diz que recuperou R\$ 4 bilhões

Dados foram divulgados pelo Ministério Público Federal

Reprodução

Em mais de cinco anos, a Operação Lava-Jato em Curitiba conseguiu recuperar R\$ 4 bilhões por meio de delações premiadas de pessoas físicas, acordos de leniência de empresas, termos de ajustamento de conduta (TAC) e renúncias voluntárias de réus ou condenados. Os dados foram divulgados pelo Ministério Público Federal (MPF) no fim do ano passado.

No âmbito da Lava-Jato do Rio, a 7ª Vara Federal Criminal determinou em fevereiro deste ano a transferência de quase R\$ 670 milhões recuperados de colaboradores para contas do governo do Es-



Os procuradores realizaram acordos de leniência

tado do Rio e da União. A maior parte do montante — R\$ 459,5 milhões — teve como destino a União e o restante — R\$ 208,9 milhões —, os cofres fluminenses. Essa não é a primeira vez que o Estado do Rio recebe dinheiro

recuperado da Lava-Jato. Em 2017, R\$ 250 milhões foram utilizados para ajudar no pagamento do 13º dos servidores.

De acordo com o MPF, levando em conta apenas a força-tarefa em Curitiba, o total de valo-

res previstos em acordos de leniência, colaboração, TAC e renúncias voluntárias ultrapassou no fim do ano passado a marca de R\$ 14,3 bilhões, dos quais mais de R\$ 4 bilhões já foram efetivamente restituídos. ●

10 MAR 2020

# BEMPARANÁ

## **Promotoria pede pena maior para motorista que atropelou e matou criança**

O Ministério Público do Paraná (MP-PR), pediu à Justiça para que o motorista Bruno Ventura, de 24 anos, acusado de atropelar e matar o menino Marcelo Henrique Marques Jardim, em Curitiba, seja julgado pelo crime de homicídio qualificado e não mais por homicídio simples, como foi denunciado inicialmente. O pedido de aditamento de denúncia foi protocolado no sistema da Justiça na manhã de ontem. A justificativa é que depoimentos do réu e de novas testemunhas mudaram o rumo da denúncia.

## **Após ser agredida, esposa denuncia que marido tinha fuzil em casa**

Em uma rua pacata da Vila Fanny, policiais militares apreenderam um fuzil de calibre 5.556, além de 48 munições, 36 kg de maco-nha e outros objetos. Um homem foi preso. A apreensão ocorreu depois que a mulher dele foi agredida e fez a denúncia à polícia.

10 MAR 2020

## TRIBUNA DO PARANÁ

# CASO ENROLADO

Sergio Moro contata governo do Paraguai  
para tratar de prisão de Ronaldinho

O ministro da Justiça Sergio Moro está se comunicando constantemente com as autoridades paraguaias para solicitar notícias da situação processual de Ronaldinho Gaúcho, preso em Assunção junto com seu irmão Roberto Assis por ter entrado no Paraguai com documentos falsos, conforme foi confirmado por um ministro do governo paraguaio nesta segunda-feira.

Euclides Acevedo, ministro do Interior do Paraguai - responsável pela segurança interna e diretor administrativo da Polícia - disse que o ministro da Justiça do Brasil, Sergio Moro, está se comunicando repetidamente com ele nos últimos dias para saber mais sobre o assunto.

"O ministro Sergio Moro escreveu para mim muitas vezes", disse Acevedo em uma entrevista à rádio paraguaia ABC Cardinal, em Assunção. O secretário de Estado paraguaio disse que Moro expressou preocupação com a situação de Ronaldinho Gaúcho e seu irmão. "Ele queria saber o que estava acontecendo, quais eram as chances deles saírem o mais rápido possível", acrescentou.

Acevedo revelou essas informações justamente no dia em que uma próxima visita de Moro ao Paraguai foi oficialmente anunciada. O Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil visitará o país vizinho nos próximos dias 26 e 27, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) nesta segunda-feira

O motivo de sua visita é participar de reuniões e conferências sobre segurança pública e cooperação penitenciária com a Ministra da Justiça do Paraguai, Cecilia Pérez.

No final de semana, o advogado Sergio Queiroz já havia anunciado que os representantes diplomáticos brasileiros estavam "se inteirando" da situação processual de Ronaldinho Gaúcho e seu irmão.

"Os recursos estão lá para serem gerenciados e o que se encaixa nos esforços diplomáticos, eles já foram atendidos rapidamente, verificando tais e tais ilegalidades, ou seja, o cônsul foi até lá, identificou e agora está tomando as medidas. Como autoridade diplomática, todas essas irregularidades serão reportadas ao governo brasileiro", afirmou Queiroz.

O advogado disse, no entanto, que eles supostamente não buscam nenhuma intervenção de Jair Bolsonaro. "Não pretendo pressionar o presidente, como advogado, tenho que cuidar do processo", disse Queiroz, que insistiu: "Cabe a mim como advogado, usar todos os mecanismos possíveis dentro do processo, questões diplomáticas agora serão tratadas pelo senhor Cônsul e as autoridades brasileiras responsáveis".

Ele também sugeriu que a suposta "crueldade" contra seu cliente poderia ser um esforço do governo paraguaio para demonstrar uma suposta firmeza de seu sistema judiciário. "Se apenas o que eles me perguntarem acontecesse, seria uma maneira de colocar

para o mundo que o Paraguai tivesse um sistema judicial forte e independente. Isso seria feito à custa da ilegalidade, do abuso e da violação da lei do próprio país", acusou Queiroz, insistindo nas alegadas ilegalidades no processo.